



# Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondil Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 61.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1995

(QUINTA - FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Edgard Bueno.

As nove horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Al-banor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhori, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Ri-cha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Ama-ral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Iri-neu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pu-gliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Joceli-to Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Albor-ghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Ne-reu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mel-lo, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Sil-va, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Ros-soni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número le-gal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é apro-vada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, com funda-mento no disposto pelo artigo 187, § 4.<sup>o</sup> do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprova-dos em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramita-ção.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) EDGARD BUENO

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consigna-ção na Ata dos trabalhos da Sessão de ho-je, de Voto de Profundo Pesar pelo faleci-mento do empresário, Senhor Luiz Chacaros-ki, ocorrido em 17 de junho/95.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enluta-da.

Sala das Sessões, em 28.06.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de 17.06.95, o empre-sário, Senhor Luiz Chacaroski. Além de sua esposa Dona Cladis, deixou quatro filhos: Luiz Cláudio, Cláudia, Cesar Augusto e Marco Aurélio e três netos.

O extinto era competente empresário na cidade de Porto União e Diretor Financeiro da Fundação Municipal de Saúde de União da Vitória.

O passamento de Luiz Chacaroski veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrande-cerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo LUIZ.

Luiz Chacaroski, que desempenhou com zelo e dedicação, competência e correção o cargo de Secretário de Finanças em União da Vitória nas gestões dos ex-prefeitos Alcides Fernandes Luiz, Mário Riesemberg e Fernando Bohrer, deixa um grande exemplo a ser seguido, de honradez, amor à família, aos amigos e à sua comunidade.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daque-le que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família CHACAROSKI endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1097

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de congratulações ao novo Conselho Diretor do ROTARY CLUBE DA LAPA - A LEGENDARIA, para a Gestão 95/96, que to-ma posse no dia 29 de junho, às 19:30 ho-ras, na Associação Atlética Banco do Bra-

sil - AABB da Lapa, assim composta: Presidente: VALÉRIO SCHMIDT; Vice-Presidente: DARIO CHRISPIN DE LARA; Secretário: SÉRGIO ROBERTO AUFFINGER; Tesoureiro: ANTONIO CARLOS PIERIN; Pres. Av. Serv. Internos: CARLOS ALBERTO M. LUCAS; Pres. Av. Serv. à Comunidade: ALFREDO KELM JUNIOR; Pres. Serv. Internacionais: ALGACIR NARDINO; Pres. Av. Serv. Profissionais: APARECIDO PASSARELLI; Protocolo: ALBENIR JOSE C. PAWOSKI; Presidente Eleito 96/97: ALBENIR JOSE C. PAWOSKI. Ao novo Conselho Diretor, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhe votos de muitas realizações junto a este importante órgão social, merecedor da nossa confiança pelos seus relevantes serviços prestados à comunidade lapeara. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1908

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal DANUTA MAIESKI e PAULO PIRES OLIVEIRA, que completou 30 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma BODAS DE PEROLA, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1909

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal FAUSTINO E CAROLINA ZANNON, que completou 50 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma BODAS DE OURO, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento

muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1910

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal BRAULIO e MARIA FRANCISCA SANTANA, que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma BODAS DE PORCELANA, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Votos de Congratulações à GAZETA DO POVO, na pessoa do seu Diretor-Presidente - Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, pela implantação da mais moderna tecnologia em foto-jornalismo (foto digitalizada) no Jornal Gazeta do Povo, com início de veiculação gráfica na edição do dia 29 de junho. Uma feliz coincidência trouxe nessa novidade alvissareira, a manchete retratando o nobre Presidente desta Casa - Deputado Anibal Khury, no histórico dia em

que um dos mais ilustres paranaenses assume, interinamente, o Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) GERALDO CARTARIO

**JUSTIFICATIVA:**

O jornal Gazeta do Povo vem se destacando na imprensa paranaense desde a sua fundação, a cada dia se aparelhando com a mais moderna tecnologia gráfica, além de se constituir numa trincheira de lutas em defesa do Paraná e da sua gente. Esta visão de modernidade se apresenta hoje uma vez com a chegada na primeira página deste histórico dia 29 de junho, com a fotografia digitalizada, com padrão de imagem de alta definição, do nosso hoje Governador Anibal Khury, que honra esta Assembléia Legislativa do Paraná, tomando assento no mais alto posto do Executivo do Estado. Duas felizes coincidências que alegram esta Casa e o povo do Paraná.

**REQUERIMENTO N° 1922**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário, REQUER envio de Votos de Congratulações ao Prefeito Leonardo Casado, à Câmara Municipal e à comunidade rolandense, pela comemoração do 61° aniversário do Município de Rolândia.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) JOSÉ TAVARES

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Rolândia ao comemorar o seu 61° Aniversário, experimenta um momento de intenso progresso. Sua população de formação germanica mantém tradições que contam a sua história de lutas, progresso e conquistas.

Com uma agricultura forte, um parque industrial respeitável e um comércio emergente, Rolândia está inserida no rol dos municípios de melhor qualidade de vida do Paraná.

**REQUERIMENTO N° 1919**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de moção de louvor ao Dr. Elias Mattar Assad.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) RICARDO CHAB

**JUSTIFICATIVA:**

Pelo seu alto senso ético e de moralidade pública por ter apresentado denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto as irregularidades em contratos de prestação de serviços profissionais celebrados pelo BADEP - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ em liquidação extra judicial, entendemos ser justa a presente proposição.

**REQUERIMENTO N° 1905**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, o encaminhamento de expediente ao Doutor Hermas Brandão, Secretário da Agricultura e do Abastecimento para gestionar junto à empresa CESP- Centrais Elétricas de São Paulo S.A., reivindicando uma área de 800 hectares do Município de Paranapoema, para o Estado do Paraná, posto que será atingida pelas águas do rio Paranapanema.

Sala das Sessões, e, 29.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

Existe no Município de Paranapoema, uma área de 1.735 hectares de propriedade da empresa CESP- Centrais Elétricas de São Paulo S.A., como reserva para a construção da Usina Hidrelétrica de Rosana. Segundo a empresa, esta área será atingida pelas águas do Rio Paranapanema.

Através de levantamentos técnicos estima-se que 800 hectares não serão atingidos.

Nessa área de 800 hectares, possibilita-se que em 250 hectares instalem-se 03 cerâmicas com capacidade de geração de 200 empregos, face a propriedade do terreno (argiloso) o restante 550 hectares tem condições de abrigar o Projeto de Vila Rural tão almejado pelo povo paranaense.

A administração municipal e a população preocupa-se que a área seja lícitada e destinada a particulares para outras finalidades.

A pretensão vem de encontro aos interesses do Governo Estadual e do povo paranaense.

Por isso solicita em caráter de urgência seja gerenciado junto à empresa CESP S.A., reivindicando área de 800 hectares do Município de Paranapoema, para o Estado do Paraná.

**REQUERIMENTO N° 1906**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129) e seguintes do Regimento Interno), REQUER, o encaminhamento de expediente ao Doutor Joni Paulo Varisco, M.D. Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a instalação de uma Agência do SINE - Sistema Nacional de Empregos, no Município de Loanda.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A Cidade de Loanda é uma das principais do Estado que se encontra em franco desenvolvimento.

Já conta ela, com boa infra-estrutura de comércio e indústria, agências bancá-

rias e toda a base econômica para abrigar uma agência do SINE - Sistema Nacional de Empregos.

Sempre que necessário os usuários utilizam os serviços do SINE da Cidade mais próxima que é Paranavaí, distante 90 km.

Isto gera gastos com deslocamento, com problemas que poderiam ser solucionados com uma agência local do SINE a ser instalada em Loanda.

E antiga reivindicação dos trabalhadores de Loanda, a instalação desta agência no Município.

E alguns Municípios do Estado, de menor ou igual representatividade já existe agência do SINE, enquanto que Loanda, está desprovida da prestação deste serviço público.

Com a instalação da agência do SINE, certamente haveria uma melhor colocação dos trabalhadores que se encontram desempregados ou que almejam melhor emprego do que já possuem.

Loanda necessita e tem condições de receber agência do SINE no Município.

A pretensão vem de encontro aos interesses da população de Loanda e do Governo Estadual.

#### REQUERIMENTO N° 1913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", no Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", que liga a Sede do Município até o Distrito de Herveira com aproximadamente 08 quilômetros.

Por esta estrada são transportados mais de 300 (trezentos) alunos com ônibus escolares, nesta referida estrada existe também o maior escoamento de produção agrícola, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos às escolas, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

#### REQUERIMENTO N° 1916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário dos Transportes, solicitando a construção do acesso à Escola Agrotécnica em Umuarama, pela estrada Canelinha.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sebastião Teixeira de Moraes, (Av. Munhoz de Mello, 3800- cj. 101- Centro Comercial, CEP- 87.501.190, Umuarama), ao Deputado Alexandre Ceranto ( no mesmo endereço).

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva atender o apelo dos proprietários rurais e moradores das estradas Canelinha e Paca, no Município de Umuarama, que através de abaixo-assinado com expressivo número de assinaturas demonstram o interesse pela questão.

A construção do acesso pela Estrada Canelinha, devidamente pavimentado, beneficiará o grande número de moradores e produtores rurais, além de que na citada estrada já existe uma ponte sobre o Rio Pinhalzinho e o trecho até o jardim São Cristóvão já encontra-se pavimentado.

Desta forma, é muito significativo que o acesso seja pela Estrada Canelinha, evitando gastos desnecessários para o Estado.

#### REQUERIMENTO N° 1917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a Construção de uma Quadra Esportiva no Colégio Estadual Padre Manuel da Nóbrega - ensino de 1° grau regular e supletivo e 2° grau supletivo, no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Elena Janeiro Negrello, Diretora do Estabelecimento de Ensino (Rua Tomé de Souza, 2750- CEP 87503-300- Umuarama), ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Melo 3800, Ed. Centro Comercial, conj. 101- CEP- 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem o caráter de ratificar solicitação já existente sobre o assunto, a qual segundo a direção do Colégio, já se encontra orçada pelo Departamento Técnico da Prefeitura Municipal de Umuarama e autorizada pela FUNDEPAR.

REQUERIMENTO N° 1918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a Cobertura da Quadra de Esportes do Colégio Estadual Hilda T. Kamal- Ensino de 1° e 2° graus, no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Ferreira Ribeiro, Senhor Adalberto Carlos Rigobello, Diretora e Diretor Auxiliar, respectivamente, do Estabelecimento de Ensino (Av. Ipiranga, 4188 - CEP 87.501-310 - UMUARAMA); ao Deputado Federal Alexandre Cerantó- Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101- Ed. Centro Comercial - CEP: 87501-190 - Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

JUSTIFICATIVA:

Tradicional estabelecimento de ensino, o Colégio Hilda T. Kamal, possui duas quadras esportivas e ambas são descobertas.

Tal fator muitas vezes inviabiliza a disciplina de educação física, pois as condições meteorológicas nem sempre são favoráveis à prática esportiva, trazendo transtornos aos estudantes que acabam por não desenvolver suas aptidões físicas.

Neste sentido, para que esta situação não perdure é que solicitamos a liberação de recursos para a pretendida finalidade.

REQUERIMENTO N° 1914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, cópia de processo de contas impugnadas do Programa PROSAN, do ano de 1994, das Empresas Construtora Paraná Ltda, Village Construções Ltda e Engrenagens Engenharia e Empreendimentos Ltda, que se encontra nesse Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 29.06.95

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, cópia de processo de impugnação da Empresa Parque Verde Indústria e Comércio de Equipamentos, que se encontra nesse Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 29.06.95

(a) ALGACI TULIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 034/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Distrito de Bela Vista, no Município de Pérola D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista da Carova.

"NORDESTE: Confronta pela Rua Duque de Caixas, com a distância de 411,10 metros com terras da Gleba n° 6-PO.

NOROESTE: Confronta pela Rua Paraná com a distância de 885,00 metros com terras da Gleba n° 6-PO.

SUDOESTE: Confronta pela Rua Getúlio Vargas, com a distância de 454,80 metros com terras da Gleba n° 6-PO.

SUDOESTE: Confronta pela Rua Espírito Santo, com a distância de 981,70 metros, com terras da Gleba n° 6-PO.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.95

(aa) EDUARDO TREVISAN

AUGUSTINHO ZUCCHI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 263/95

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder aos servidores de cargos de nível médio, que se ocupem de atividades de ciência, pesquisa e geração de tecnologia, planejamento, elaborando, implementando ou apoiando a execução de projetos ou estudos visando ao desenvolvimento científico do Estado, uma gratificação de incentivo à pesquisa.

Parágrafo Único - A gratificação de que trata este artigo será objeto de regulamentação através de Decreto, mediante proposta conjunta da Secretaria de Estado da Administração, Planejamento e Coordenação Geral e da Agricultura e do Abastecimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.95

(a) ANTONIO BELINATTI

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa gratificar aos ocupantes de cargo de nível médio, que ocupem atividades de pesquisa, ciência ou de geração de tecnologia, mas que não recebem nenhuma gratificação, até agora repassada somente aos ocupantes de

cargo a nível de 2º grau.

As Secretarias de Estado da Administração, Planejamento e Coordenação Geral e da Agricultura e do Abastecimento, com as quais esses servidores estão vinculados, é que terão a responsabilidade de proceder a regulamentação desta Lei, no prazo máximo de 90 dias após sua sanção governamental.

PROJETO DE LEI N° 264/95  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Figueira, com sede e foro na Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.95

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim da Figueira, de Cornélio Procópio, tem desempenhado, desde sua fundação, importante função no sentido de organizar a comunidade para a melhoria de sua condição de vida. No ano passado ela foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

A proposição que apresentamos visa reconhecer estadualmente o papel daquela entidade comunitária. Confiamos poder contar com o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 265/95  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira dos Criadores de Gelbvieh (ABCG), com sede e foro na Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.95

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira dos Criadores de Gelbvieh (ABCG), tem como objetivo promover e incentivar a criação, o registro genealógico, o desenvolvimento da raça Gelbvieh, inclusive sua implantação e exportação.

Declará-la de Utilidade Pública é um reconhecimento ao papel dessa entidade para o progresso da nossa agropecuária. Esperamos poder contar com o apoio dos nobres Deputados à nossa iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 266/95  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar para o município de Doutor Camargo/PR., o imóvel contando de Data de Terras sob n° 3-A (três-A), da Quadra n° 42 (quarenta e dois), com área de 408,90 metros quadrados, situada na cidade de Doutor Camargo, deste Estado, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: DIVIDE-SE: "Com a Av. Ivaí no rumo SO 76°55' numa frente de 14,00 metros; com a data n° 2 no rumo NO 13°05' na distância de 28,20 metros; com a data n° 3 no rumo NE 68°47' com 14,25 metros e, finalmente, com parte da data n° 4 no rumo SE 13°05' numa extensão de 30, 215 metros. Sendo todas as datas mencionadas pertencentes a Quadra n° 42 do Patrimônio Dr. Camargo", e construção de um prédio em alvenaria, com área de 250,25 metros quadrados.

Art. 2º - O imóvel objeto de doação de que trata esta Lei, fica gravado com a cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, que deverá constar do respectivo título e será destinado à instalação do PROCON Municipal, DETRAN, Agência dos CORREIOS, e outros serviços públicos de interesse da comunidade.

Art. 3º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao Patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, vem de encontro aos interesses da Administração Estadual, eis que, no imóvel a ser doado, o município de Doutor Camargo irá, segundo esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito Municipal, instalar o PROCON Municipal, o DETRAN, uma agência dos CORREIOS, e outros serviços públicos de interesse da coletividade.

Objetivando a melhoria do atendimento à população, configura-se justo, oportuno e necessário, porque sobre o questionado imóvel não há previsão de utilização por órgãos estaduais.

Certo de que a medida proposta merecerá dos Nobres Pares o necessário apoio, solicitamos a sua aprovação.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje o Presidente da República deste País vai a televisão em cadeia nacional fazer propaganda deste chamado e famigerado "Plano Real" e se somos brasileiros vamos fazer um balanço sobre o momento que estamos vivendo, seguramente, ao olharmos para trás não vivemos mais no Brasil que tínhamos antes da chegada deste "Plano Real".

Seguramente o Brasil depois das reformas que estão sendo votadas no Congresso Nacional não será o mesmo Brasil que temos hoje. Agora o que devemos nos perguntar, é este Brasil que está pagando um preço muito caro, este Brasil que o Paraná está inserido, o Paraná da agricultura, dá a falência dos pequenos e médios agricultores do nosso Estado, é este preço como bem mostrou uma matéria da Rede Globo de Televisão, aonde uma dona de casa estava satisfeita com o preço que ela estava pagando dos produtos da cesta básica, mas mostrando, por outro lado, a falência do agricultor e é do agricultor paranaense, gaúcho, catarinense, que estamos falando.

Que preço é este que o Brasil está pagando, que numa ponta, Deputado Rossoni, o Governo está captando dinheiro a 3,5% de juro ao mês e por outro lado empresta este dinheiro a taxa de 14, 15%, fazendo com que nenhuma empresa seja viável com uma economia igual a esta que estamos vivendo. E o Paraná, o nosso Paraná, o grande produtor agrícola deste País com a nossa economia profundamente voltada para a geração de renda que vem do campo, se afunda seguramente numa das suas mas graves crises e todos aqui, fundamentalmente os Deputados, querem base política no interior do Estado sabem o que está acontecendo no interior e só não enxerga, Senhor Presidente, quem não quer. As famílias estão deixando as cidades pequenas, estão saindo do campo, há uma expulsão do homem da lavoura paranaense e os Governos, no que se inclui, inclusive este governo atual estadual, este governo que teve a desfaçatez de extinguir um Programa como o "Panela Cheia" nada faz para segurar o homem no campo porque, Deputado Rossoni, é inviável pelo preço do produto agrícola, pela situação que o nosso comércio está passando, pelo desaquecimento da nossa economia, esse mesmo governo que hoje está comprometendo 77% dos recursos de receita própria com o pagamento de pessoal, seguramente, Deputado Trentini, quando chegar agosto este governo vai estar gastando mais de 80% para pagar o custeio da sua folha de pessoal e

encargos. E nós, seguramente, teremos grandes dificuldades nesse segundo semestre.

Ouvi agora ainda, pela manhã, o Presidente da APP Sindicato, falando da frustração dos Professores com a política salarial do Governo do Estado. E olha, temos que reconhecer, o Governador foi à televisão, anunciou uma política salarial que nenhum de nós aqui, conseguiu entender bem qual é ela, mas seguramente nenhuma política salarial se conseguirá implementar nesse Estado a persistir o quadro, o quadro dramático da economia nacional. E o Senhor Fernando Henrique Cardoso está aí dizendo: "Olha, o povo pobre pode comprar frango agora." Compra por quê? Compra com sacrifício do pequeno agricultor do Sudoeste que planta milho, por quê? Porque o preço do milho é o mais baixo da sua história e o preço de produção do frango acaba é claro sendo ele reduzido de forma artificial. Não é este o Brasil que queremos, não é este da sustentação de uma moeda super valorizada como o real. Esse governo tem que ter firmeza também para enfrentar os banqueiros, ele não pode querer ficar na verdade acendendo uma vela para Deus e outra para o demônio. O Governo Fernando Henrique Cardoso, este governo do não-liberalismo, e aí até alguns se ofendem quando dizem que é um governo não-liberalista, sabe lá Deus se é bom ou não é.

Ainda outro dia, discutia e acho que é uma questão da maior importância, discutia o que aconteceu neste mundo desde que ele existe e ainda há pouco, no tempo da história, vivíamos o tempo na idade média, se aqui fôssemos naquele momento políticos na idade média, nós seguramente vislumbraríamos o mundo do futuro cheio de castelos, conventos; ninguém imaginaria da revolução industrial, ou agora da revolução tecnológica que esse mundo passa.

Há vinte anos atrás, seguramente, não faríamos nenhuma análise política que pudesse incluir a exclusão da utopia socialista na perspectiva do mundo que víamos à frente. Vinte anos depois da queda do muro de Berlim, não existe mais a possibilidade, pelo menos pelos meios de comunicação, de se estabelecer uma sociedade solidária. Dizem que a natureza do homem é individualista, e o homem por excelência é capitalista. Essa é a máxima que é vendida diariamente pelos grandes meios de comunicação. Por isso é que temos que ter muito claro, este Estado que estamos vivendo, de privatização, de desregulamentação da economia, queira Deus, Deputado Edgard Bueno, que no futuro tenhamos certeza que esse foi o melhor caminho, e que não seja ele o motivo de graves arrependimentos, como fazem hoje os mexicanos, que internacionali-



zaram a sua Economia. Durante 12 anos transformaram aquilo no paraíso do capital mundial, e hoje estão lá na mais profunda crise, crise terrível, de ruptura do tecido social, e hoje mais do que nunca já está sendo questionado este modelo neo-liberal que agora estão impondo ao nosso País.

Concedo o aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

**O Sr. José Maria Ferreira** - Deputado Romanelli faz um brilhante pronunciamento, e após uma avaliação do nosso 1º semestre, nesta Casa, me sinto até satisfeito com relação ao questionamento da grave situação que vive a agricultura.

Esta Casa teve a sensibilidade, conheceu, em primeira mão, as dificuldades do agricultor. Hoje, quando a imprensa nacional coloca, de maneira mais efusiva a questão da transferência da renda, a questão da dificuldade da sobrevivência dos nossos agricultores, em final de fevereiro e março esta Casa já se pronunciava, pelo Bloco Parlamentar, pelos seus Parlamentares ligados à agricultura, e não tenha dúvidas, estamos presenciando uma das maiores transferências de renda, e quiçá a sustentação do baixo custo do alimento tem sido sustentado pelo agricultor, com a penalização de juros, transferências de recursos e perda das suas propriedades.

Com relação ao "Plano Real", é um plano que todos devemos nos empenhar para que ele dê certo. Não poderíamos desconhecer que em 40 anos de inflação não iríamos passar de um estágio de cultura inflacionária para o estágio de uma moeda estável. No entanto algumas questões nos preocupam muito, uma é a supervalorização do câmbio, que V. Exa. colocou com muita propriedade. Não se transforma uma moeda que não era uma moeda, era um meio circulante, forçado, numa moeda forte, mais valorizada do que uma moeda que tem cotação internacional. Não se transfere a renda de um setor produtivo e extremamente importante para nossa Economia, que é a agricultura, para os consumidores da zona urbana. Esse, a meu ver, é sem dúvida o grande questionamento do "Plano Real".

No momento em que resolvermos estas questões da cotação do câmbio com relação a criar mecanismos que não permitam que importemos subsídios, na área agrícola e exportemos impostos, via produtos agrícolas, estaremos dando um grande passo. E, esperamos que no 2º semestre, tenhamos uma nova realidade para contemplar, nesta Casa, na situação econômica e não só a nível de Governo Federal, mas também do Governo do Estado, se empenhando, se posicionando de maneira efetiva, a cumprir seu papel de governante buscando a que o homem fique no campo.

Estes dias ainda foi infeliz manchete do Globo Rural, um proprietário de 7 alqueires, numa das melhores terras deste País, vender para poder pagar uma conta de 20.000 reais. Esse cidadão é de Ibiporã, é meu amigo, conheço a sua família e sei da dor que provocou apartar da terra e ter que ser mais um bóia-fria na periferia da zona urbana.

Parabéns pelo pronunciamento e me regozijo com esta Casa, por ter tido a sensibilidade de detectar esses problemas, primeiro, inclusive o próprio Ministério da Agricultura, porque só veio se manifestar posteriormente. Esta Casa, através das ligações dos seus Parlamentares, do Bloco Parlamentar Agropecuário que se posicionou de maneira firme e acertada.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI** - Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Deputado Romanelli, principalmente com relação à agricultura, tivemos a oportunidade de fazer esse alerta, mesmo pertencendo ao PSDB, mas alguns dados positivos temos que concordar que estão ocorrendo, principalmente com relação ao pequeno agricultor. Falei na tarde de ontem, já estamos vendo uma perspectiva de melhora para o futuro, que seria a grande aspiração do pequeno, do médio produtor rural, de ter uma taxa de juro fixa como estamos tendo agora, para a próxima safra, de 16% ao ano.

Fizemos um levantamento na semana passada, junto às Cooperativas de Guarapuava e pudemos constatar o seguinte: no início da safra 94/95, tínhamos um custo para produção de soja, no mês de julho, quando se faz o plano de custeio, onde precisaríamos 34 sacas de soja para plantar um hectare de soja. Hoje o custo é em torno de 18 sacas ou seja, praticamente se reduziu o custo do custeio para metade.

Enfim, são vários avanços que o governo já vem conseguindo através do "Plano Real". Logicamente que sou obrigado a concordar com V. Exa....

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)** - V. Exa. com a concordância do Deputado Silvestri, vai usar o horário do PSDB.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Ele está usando o horário do PMDB?

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Já passou o horário da Liderança do PMDB e agora está com prazo encerrado e deve, se V. Exa. concordar, usar o horário da Liderança do PSDB.

**O Sr. Cezar Silvestri** - Pois não, Presi-

dente. O que precisamos questionar também, Deputado Romanelli, é o seguinte: logicamente questionamos algumas coisas do Governo Federal. Acho que estamos no limite. Não podemos querer ter uma inflação baixa ao custo de um desemprego em massa. De nada adianta termos mercadorias baixas, com desemprego generalizado, mas alguns avanços já estão ocorrendo e principalmente quem está ganhando com isso, sem dúvida nenhuma, se o governo tiver essa sensibilidade de que chegou no ponto máximo, quem vai ganhar é o trabalhador e principalmente o pequeno produtor. Logicamente que o governo passa para a segunda fase do Plano, onde ele deve incentivar o setor produtivo com juros baratos.

Agora, a questão do câmbio, por exemplo, se tivermos um aumento rápido de uma desvalorização do Real, vamos gerar uma inflação em poucos dias, poucos meses, porque todos os produtos importados que estão sendo âncora do próprio Plano, segurando a inflação, terão aumento radical nos próximos dias. Então logicamente, o governo não pode simplesmente jogar o câmbio, que talvez a realidade hoje fosse de que o real deveria estar em torno de R\$ 1,20 em relação ao dólar, não seria nem a paridade se em torno de R\$ 1,20, porque tivemos uma inflação de julho no ano passado para julho desse ano, quando foi implantado, que era um para um, mas se jogarmos hoje o R\$ 0,92 para R\$ 1,20, teremos uma inflação já nos próximos dias aí de 15 a 20%. Onde joga o plano para baixo. Então logicamente que todos esses ajustes devem ser feitos de forma gradativa e neutra. Mas não podemos deixar de enxergar todos os avanços que o Plano Real vem fazendo.

Então acredito que seu pronunciamento é oportuno. Todos nós concordamos. Sou pequeno empresário, sou médio produtor rural, todos estamos sofrendo. Mas todos temos a consciência de que o caminho é este. Não podíamos mais viver numa inflação como estávamos vivendo. E se, de repente, de uma hora para outra quisermos acertar todas essas questões vamos implodir o Plano. E hoje se implodir o Plano Real quem vai implodir, na verdade, é o nosso País. Por isso que nos obrigamos a fazer este aparte porque achamos que o caminho é este. O Governo está no caminho certo. E um questionamento que faço a Vossa Excelência quando aqui esteve o Ministro Nelson Jobim - do seu partido. Não vimos os Deputados questionarem o Ministro. Sempre que eles vêm aqui, já é o terceiro Ministro que vem; a grande maioria dos Deputados concordam que os Ministros estão no caminho certo, poucos Deputados têm questionado. A grande maioria elogia. Então notamos esses questionamentos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Quería agradecer, Deputado Cezar Silvestri pelo seu aparte e do Deputado José Maria e dizer que Vossa Excelência tem razão nisso. Inclusive me inscrevi junto à Mesa porque tinha uma grande pergunta a fazer ao Ministro Nelson Jobim e todos nós aqui tínhamos.

De fato esta Casa perdeu uma grande oportunidade. A pergunta que deixei de fazer ao Ministro era a seguinte: no dia seguinte vamos ter aqui, no Paraná e como tivemos uma greve, um protesto de todas as prefeituras que é, na verdade, o seguinte: o indicativo da ruptura institucional neste País. Dos municípios com o Governo Federal.

E o Ministro, na verdade, os Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso eles falam como se não vivessem no mesmo País. Vejo, por exemplo, o Ministro da Saúde percorrendo este País aqui e implorando no Congresso Nacional para que crie um instrumento para que o Sistema Único de Saúde, que é um sistema maravilhoso, ele possa, na verdade, ter continuidade. A saúde pública brasileira está falida. E o que é que se faz neste Governo: o Fernando Henrique Cardoso vira as costas e vai para o Ministro e diz: "Se quer fazer alguma coisa, que faça." Como se o Fernando Henrique não vivesse no Brasil, não conhecesse e acho que não conhece, a realidade dos hospitais públicos e particulares. A crise que vivem as Santas Casas! Elas não conseguem sobreviver com o valor que o SUS paga e dar um atendimento digno à população. Isso quando o SUS paga!

Ou seja, este Governo é muito bonzinho para fazer acerto com o FMI, é bonzinho para pagar sua dívida pública, que é ele que financia porque se ele tivesse coragem, ele estabeleceria uma política de juro. Porque quem paga juro, quem fixa juro é o Governo Federal. Acusamos os banqueiros, mas os banqueiros eles, de fato, aproveitam-se dessa incrível conspiração que temos no Banco Central. De interesses muito poderosos.

Esta Casa aqui, no segundo semestre, vai viver momentos muito difíceis. Vamos aumentar a quebraadeira neste País aqui. Daqui a 60 dias quero ver aqui, desta tribuna, os senhores vão estar desfilando, protestando. Porque nos municípios as empresas estarão quebradas, o Governo Estadual não vai ter dinheiro para pagar a folha de pessoal. E esta política que o Governo Federal vai implantar a partir do dia 1º de julho, é a política do cabrito na roça. Vai desindexar a economia, os cartões e oligopólios vai impor seu preço e o agricultor este sim, este está com todo o insumo caracterizado e vai pagar a conta. E a população brasileira, o traba-

lhador por livre negociação salarial num período de recessão isto é criminoso.

E quero dizer aos senhores que não quero passar a história como um omissão. Quero que a história registre que eu no dia 29 de junho no aniversário do Plano Real estava aqui nesta tribuna contestando esse Plano que vai levar este País à falência, porque temos que ter na verdade a coragem de denunciar essa política equivocada que não é uma política nacional e que não defende os interesses da maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, recentemente a Folha de Londrina trouxe uma matéria sobre as empresas devedoras do Estado do Paraná.

Apresentei na ocasião, esta semana, um requerimento pedindo a lista dessas empresas sob alegação de sigilo fiscal diz que não é permitido que se tornem públicas estas listas e aí no entanto só vamos acabar tomando conhecimento das empresas devedoras, fraudulentas ou que dão calote no erário público quando algum órgão da imprensa acaba noticiando e novamente a Folha de Londrina traz hoje mais uma denúncia de irregularidade fiscal de empresa paranaense, empresa esta que oficialmente foi a segunda financiadora da campanha do Jaime Lerner. A INEPAR é processada por fraude fiscal. Esta é a manchete da Folha de Londrina.

"Os Diretores da INEPAR S/A Indústria e Construções, empresa que foi convidada pelo Ministério da Aeronáutica para fazer parte do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), foram denunciados pela Procuradoria da República por crime de fraude contra a fiscalização tributária. Segundo a denúncia, de 1988 a 1991 a INEPAR inseriu na sua contabilidade, de forma continuada, notas fiscais de uma empresa fantasma, obtendo um ganho atualizado de cerca de R\$ 13 milhões."

O projeto de vigilância da Amazônia parece que nasceu para favorecer empresas que fraudam o erário público. A primeira delas a Esca que não pagava a previdência social e obtinha certidões negativas falsas e a outra que entra para ajudar ocupa quase que a mesma situação de fraude usando para isto empresas falsas, empresa fantasma para poder obter favores fiscais sonegando o tributo. A operação que utilizou a empresa Tecnel Comércio e Representações de Materiais Elétricos Ltda, esta é a empresa fantasma inexistente, gerou pagamento a menor de contribuições devidas pela INEPAR à Fazenda Federal.

Esta denúncia foi feita pelo Ministério Público Federal, apresentada pela Procuradora Denise Vinci Túlio, que inclui ainda nesta mesma denúncia 24.416,50 UFIRs em FINSOCIAL, além daquele já citado do Imposto de Renda.

Esta ação penal está em andamento na Segunda Vara Federal Criminal da Justiça e denuncia os Diretores da INEPAR: Atilano de Oms Sobrinho, Mário Celso Petraglia, Genaro Moretti, Juvenal de Oms e Di Marco Pozo. Queremos lembrar que a INEPAR também foi acusada aqui no nosso Estado de favorecer em concorrência feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba, na via do trabalhador, que ela foi favorecida, uma vez que Mário Celso Petraglia ocupava cargo de confiança na administração e a sua empresa ganhou a licitação.

O processo iniciado pelo Ministério Público em 12 de abril do ano passado, foi recebido pelo Juiz Substituto Marcio Antônio Rocha da Segunda Vara Federal Criminal que citou os Diretores da INEPAR para interrogatório que deveria ter acontecido no último dia 09 de março. O advogado Saulo Ramos, representante da INEPAR, entrou com um pedido de "habeas corpus" solicitando o travamento da ação, e um pedido de liminar no Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, para suspender o interrogatório dos diretores da empresa. O Juiz Ivo Tolomini indeferiu o pedido de liminar, entrou então o Procurador da INEPAR junto ao Tribunal de Justiça, e lá ele conquistou uma vitória obtendo essa liminar. Mas não significa o trancamento da ação, a ação judicial continuará junto à Justiça Federal. E esperamos que todas esses casos de fraude, de corrupção em relação ao fisco, independente de que empresa seja, seja punida em nosso País.

Há dados que cerca de 40% dos nossos tributos são sonegados pelas empresas, principalmente as grandes empresas. Por isso, é inconcebível que se mantenha sigilo, sigilo esse que coloca como lei para que Deputados, a população e a sociedade civil em geral não tomem conhecimento de quem fraudava o sistema tributário brasileiro. Quem fraudava tem se tornado público porque não são empresas de confiança da nossa sociedade. Por isso, mesmo que seja legal, entendo como imoral esse sigilo para acobertar aqueles que fraudam o nosso sistema tributário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças:

PP - Declina.

PSC - Deputado Jocelito Canto com a palavra.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria hoje de, usando o espaço da Liderança do PSC, de primeiro falar sobre o projeto que vamos votar daqui a pouco e que não posso, de maneira nenhuma, concordar com este projeto. E quero aqui manifestar a minha contrariedade a este projeto, porque ainda ontem ouvíamos o Secretário da Saúde do Estado do Paraná fazendo uma exposição da situação da saúde, das dificuldades financeiras que o Estado está tendo, dos problemas que se tem para levar a saúde às pessoas mais simples e para manter os hospitais, principalmente os hospitais que são filantrópicos, e hospitais que atendem as pessoas mais necessitadas.

E é para tanto, Senhor Presidente, que quero deixar registrado aqui que acompanhando a Ordem do Dia de hoje, queremos não concordar com a aprovação de uma verba que será repassada para o Teatro Guaíra, de acordo com o item 06 da Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Lei nº 189/95, que inclusive tem o parecer favorável das Comissões, mas não concordo.

Primeiro, porque estamos vendo o exemplo de hospitais todos quebrados e arrebitados neste Paraná, e ainda ontem, perguntava ao Secretário da Saúde, se havia dinheiro para levarmos, por exemplo, para a Santa Casa de Ponta Grossa, que está passando um momento de muita dificuldade e o Secretário disse, claramente, que a Secretaria não tem dinheiro para isso. E aí, de repente, você abre a Ordem do Dia e percebe que há dinheiro para a cultura!

Recentemente, fizemos um projeto, e este projeto foi barrado, nesta Casa, quando queríamos que os aposentados, os idosos com mais de 65 anos, tivessem direito a assistir espetáculos, no Teatro Guaíra, gratuitamente. Eles alegaram que não podia, que o projeto acabaria com o Teatro Guaíra. E agora, querem dinheiro para o Teatro Guaíra.

Então, quero manifestar já, no Horário das Lideranças, quero dizer que voto contrário a este projeto, porque se para a Saúde não tem dinheiro, não pode ter para a Cultura também. Acho que em primeiro lugar é a saúde, do que fazer festa ou participar da cultura.

Este é o meu pensamento. Alguns podem até achar engraçado, mas é o pensamento de alguém que vive o dia-a-dia das pessoas em dificuldades, que passa o dia fazendo campanha. Agora, estamos fazendo uma campanha pedindo para as pessoas doarem um real para fazer sobreviver um hospital, então, não seria justo.

Concedo o aparte do Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Nobre Deputado Jocelito Canto, agradeço o aparte, e quero di-

zer que, na verdade, o Estado todo, em todas as Secretarias há falta de recursos. Temos o problema da Educação, da Secretaria de Transportes, da Agricultura, da Saúde, nas mais diversas Secretarias.

Agora, por outro lado, Deputado Jocelito, não podemos esquecer também que o Teatro Guaíra é um estabelecimento histórico para nosso Estado. Lá se realizam os grandes eventos, é lá que a sociedade participa desses encontros. E foi constatado pelos próprios Deputados aqui da Assembleia Legislativa, que foram ver, in loco, que o prédio está danificado, chove lá dentro, a fiação deve ser trocada, há necessidade de manutenção do prédio. Porque caso o Governo não tome as providências cabíveis para a restauração, para a reforma do prédio, amanhã ou depois, podemos ver este prédio sofrer outros danos. É o caso que aconteceu na Assembleia Legislativa, o prédio antigo foi tomado pelas chamas!

Entendo que é muito dinheiro, um milhão e quinhentos mil reais, se você fosse aplicar no setor de Saúde ou distribuí-lo para nossos municípios, ele também seria bem aplicado. Mas não podemos esquecer que no Teatro Guaíra se faz necessária a sua manutenção e evitar que continue chovendo lá dentro.

Concordo com seu pronunciamento, tem lógica, a Saúde precisa de mais recursos, mas não podemos também abandonar um patrimônio histórico de nosso Estado, por falta de recursos, ou por falta de investimento.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado pelo aparte, mas gostaria de mais uma vez registrar o meu voto contrário a este projeto, porque este mesmo teatro que Vossa Excelência falou que está precisando de ajuda, foi proibida a entrada dos velhinhos para assistir as sessões que são realizadas lá, pagas pelo Governo do Estado. Não posso concordar de forma nenhuma.

O SR. ELIO RUSCH - Deputado, não estão proibidos, ninguém é proibido de frequentar o estabelecimento.

O SR. RENY BORSATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença da Bancada de Vereadores de Jacarezinho que estão presentes a esta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deseja uma feliz visita aos Vereadores de Jacarezinho.

Com a palavra, o Deputado Seleme.

O SR. CÉSAR SELEME - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome do PPR subo nesta tribuna para fazer os agradecimentos, em nome do meu partido e do meu companheiro de partido, João Techy Filho, pelo prestigiamento dos Senhores Deputados, no encontro que tivemos das lideranças do Estado do Paraná, do PPR, no Plenarinho, na segunda-feira, nesta Casa. Vários Deputados, independente de correntes partidárias, estiveram prestigiando o nosso encontro.

Gostaria de fazer o agradecimento também ao Presidente da Casa, toda a Executiva que nos cedeu o Plenarinho para que fosse possível esse encontro do PPR e ao Deputado Duílio e à Deputada Irondi, que nos prestigiaram domingo à noite, quando do jantar em homenagem ao nosso Senador Esperidião Amin - ex-Governador de Santa Catarina e ex-Prefeito de Florianópolis. A esses dois Deputados, o meu sincero agradecimento e aos demais que compareceram no Plenarinho, dando a sua presença e respeitando cada um, a sua posição partidária, mas não deixaram de comparecer para prestigiar o PPR e os Deputados Cesar Seleme e João Techy. Meus agradecimentos a todos, e quem não compareceu, por um motivo ou outro, estavam com outras obrigações, mas fica aqui a saudação respeitosa do PPR desta Casa. Também agradecer no fim deste semestre, o espírito de cordialidade em nome do PPR, que recebemos de toda Executiva desta Casa e de todos os Deputados, independente de posições partidárias, mas o clima de cordialidade e o respeito pelos projetos apresentados nesta Casa, pelo apoio que recebemos.

Meus agradecimentos e do João Techy também, e dizer que os Deputados Cesar Seleme e João Techy novamente esperam e podem estar certos, no segundo semestre estaremos juntos com Vossas Excelências para apreciar projetos de alta envergadura nesta Casa.

Meus agradecimentos, e mais uma vez congratulo-me com todos vocês, por termos passado um primeiro semestre com muita cordialidade e respeito, sabendo que o interesse do Estado está acima das correntes político-partidárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário do PT, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, no Senado Federal, na C.C.J., foi analisada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e a C.C.J., no entendimento dos militantes do setor de educação do nosso país, deu um golpe em tudo o que tinha de acumulado e discutido na tramitação da LDB em Brasília.

Há cerca de seis anos vinha sendo discutido no Congresso Nacional uma lei para melhoria do sistema de educação do nosso país. O objetivo era a garantia do ensino público gratuito e de boa qualidade a todos os brasileiros. Após essa discussão, foi aprovado um Substitutivo feito pelo relator, Deputado Cid Sabóia, Substitutivo esse apoiado por todos os setores da sociedade civil envolvidos no debate da educação e esse projeto foi aprovado na Câmara Federal e remetido ao Senado. Chegando no Senado, com o pretexto de se homenagear o Senador Darci Ribeiro, é substituído esse Substitutivo da LDB por uma proposta do Senador Darci Ribeiro. Esta proposta, entendem os professores, estudantes e várias entidades de defesa do ensino público, como um golpe na proposta aprovada na Câmara Federal. Por que um golpe? Porque o que foi aprovado na Câmara, difere muito do debatido e aprovado ontem na C.C.J. do Senado. Por exemplo: a LDB da Câmara não permite que escolas públicas cobrem taxas, enquanto que o aprovado ontem, no Senado, permite esse tipo de cobrança.

A LDB aprovada na Câmara, chamada de democrática, essa LDB garante o ensino gratuito a todos os brasileiros de todas as idades. O aprovado ontem não garante esse direito.

A LDB "democrática" dá poderes aos conselhos dos quais participam representantes da sociedade para fiscalizar a educação. Conselhos estes, com várias representações na sociedade civil, democratizando a educação em nosso país. Coisa que ela não é hoje.

O projeto do MEC aprovado ontem, acaba com esses conselhos. Este projeto, ainda, dificulta o acesso aos alunos, às universidades, ao contrário daquele projeto aprovado na Câmara, que criava mecanismos para democratizar o acesso dos alunos às universidades.

A LDB "democrática" proíbe a contratação de professores sem a formação adequada e sem concurso público. O aprovado na C.C.J. do Senado, ontem, admite professores sem formação e sem concurso público.

Por várias dessas razões, professores, estudantes de todos os níveis promovem, amanhã, a partir das 15 horas, na Boca Maldita, um protesto à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por ter aprovado isto. É um apoio ao projeto, ao Substitutivo do Deputado Cid Sabóia. O movimento é organizado pelo Fórum Paranaense de Defesa da Escola Pública, vários sindicatos e associações de professores e trabalhadores em educação.

Esta manifestação, queremos vê-la repercutindo, se possível, em todo o Estado e a nível nacional. Porque não é possível



PROJETO DE LEI N° 049/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Defesa Sanitária Vegetal é instrumento fundamental para a produção e produtividade agrícola e, por consquência, compete ao Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, a definição e execução das normas e regras para o Paraná.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à Defesa Sanitária Vegetal, entre as quais a erradicação das pragas, doenças e plantas invasoras; e destruição ou não de vegetais, e partes vegetais a critério das autoridades competentes.

Art. 2° - A Defesa Sanitária Vegetal, tendo por base estudos, pesquisas e experimentos dos órgãos oficiais de pesquisa ou por eles referendados será efetuada:

I - Através de programas, projetos, campanhas, símiles de prevenção, erradicação, prevenção, combate de pragas e/ou doenças vegetais e partes vegetais e controle de plantas invasoras, para os organismos quarentenários e os de importância estratégica para a agricultura paranaense;

II - Pela imposição de regras e normas que estabeleçam procedimentos fitossanitários e práticas culturais, em toda a amplitude.

Parágrafo Único - Os procedimentos de Defesa Sanitária Vegetal, serão pautados em normas de proteção ao meio ambiente e na saúde humana.

Art. 3° - Cabe aos proprietários rurais, parceiros, arrendatários, donos de armazéns ou responsáveis, donos de depósitos ou responsáveis, a execução e o cumprimento das disposições e regras pertinentes, estabelecidas nesta lei, seu regulamento e demais normas decorrentes para o Estado do Paraná.

Art. 4° - Sempre que as pessoas denunciadas no artigo anterior deixarem de executar as medidas de defesa sanitária vegetal, discriminadas em lei, o Estado efetuará os procedimentos ou tratos culturais mediante ressarcimento pleno dos trabalhos.

Art. 5° - Os procedimentos e práticas de Defesa Sanitária Vegetal e Defesa do Meio Ambiente, tanto quanto a produção e a produtividade agrícola, são considerados de interesse público.

mais manter os projetos que até hoje têm sido feitos, projetos de educação elitizante, excludentes, que excluem boa parte da população brasileira de acesso ao ensino em todos os níveis.

O Projeto Substitutivo de Cid Sabóia democratizava este acesso, garantia o direito à escola pública, o que não se vê garantido. Podemos afirmar sem medo nenhum, que o projeto do MEC no qual foi usado o Senador Darci Ribeiro, é um projeto que visa - como todos os demais setores da economia têm visado, o avanço da privatização em cima do ensino. Da terceirização nas áreas de serviço nas escolas e universidades. Isso não deve ser permitido, pois educação é um direito do cidadão e um dever do Estado.

Por isso, todo o nosso apoio do Partido dos Trabalhadores a esta manifestação, amanhã, na Boca Maldita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se em visita a esta Casa, o Dr. Luiz Renato Pedroso - Desembargador e ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e que muito contribuiu também para as nossas relações entre o Poder Judiciário e o Legislativo.

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Eduardo Trevisan e Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 049/95, que objetiva estabelecer normas pertinentes à Defesa do Sanitarismo Vegetal no Estado do Paraná. **Aprovado.**



Art. 6º - O Poder Executivo, através da SEAB, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 7º - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará e normatizará a execução desta lei, que será levada a efeito pela SEAB, a qual, respeitadas estas disposições e as do Decreto Regulamentador, poderá baixar, atos complementares.

Art. 8º - A SEAB fica conferido o poder de polícia administrativa, ficando-lhe, conseqüentemente, assegurado o livre acesso aos locais que contenham vegetais e partes de vegetais no território estadual.

Art. 9º - As infrações desta lei e de suas normas complementares emanadas da autoridade competente, são passíveis das penalidades relacionadas abaixo:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Proibição do Comércio;
- IV - Interdição da Propriedade Agrícola; e
- V - Vedação do Crédito Rural.

§ 1º - As multas referidas no inciso II deste artigo, terão o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por espécie ou tipo de infração.

§ 2º - Os valores referidos no § anterior serão sempre corrigidos pelos mesmos índices oficiais e legais, adotados pelo Estado, para os demais efeitos.

§ 3º - As multas, obedecidos os limites do § 1º, serão aplicadas por infrações cometidas e proporcionais aos danos ou prejuízos causados.

§ 4º - O Poder Executivo, pelo Ato Regulamentador desta lei, poderá estabelecer os parâmetros da proporcionalidade das multas referidas no § anterior.

§ 5º - No caso de reincidência as multas serão aplicadas em dobro.

§ 6º - O Ato Regulamentador definirá os procedimentos fiscais, a forma de atuação, bem como a concessão de prazos para defesa e recursos, de modo a não prejudicar a eficácia dos procedimentos que, pela natureza do fato, exijam ação ou omissão imediata por parte do infrator.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.06.95

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº

142/95, que dá nova redação aos incisos I, II, VII e X, do Art. 2º, da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992. (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente). **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 142/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os incisos I, II, VII, X e XI, do Art. 2º, da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Governo;"

"II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;"

"VII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;"

"X - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;" e

"XI - 11 (onze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligados à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano."

Art. 2º - Fica acrescido o seguinte inciso ao Art. 2º, da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992:

"XII - 01 (um) representante do Poder Legislativo Estadual."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.06.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

PERICLES DE MELLO - Relator

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP", com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Algaci Túlio, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENARIO,  
AO PROJETO DE LEI N° 209/95

Art. 1° - Ficam declaradas de Utilidade Pública as seguintes Associações de Municípios, com sede e foro conforme definem os respectivos estatutos:

- I - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI;
- II - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba - ASSOMEQ;
- III - Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense - AMUSEP;
- IV - Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR;
- V - Associação dos Municípios do Médio Paranaense - AMEPAR;
- VI - Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense - AMSOP;
- VII - Associação dos Municípios Sul Paranaense - AMSULPAR;
- VIII - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro - AMUNORPI;
- IX - Associação dos Municípios de Entre Rios - AMERIOS;
- X - Associação dos Municípios do Catuquiriguaçu;
- XI - Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais - AMCG;
- XII - Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná - AMSULEP;
- XIII - Associação dos Municípios do Litoral do Paraná - AMLIPA;
- XIV - Associação dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(aa) ANIBAL KHURY  
ALGACI TULIO

Apoiamento: Edgard Bueno, Elio Rusch, Sérgio Spada, Nelson Justus, Angelo Vannahoni, Valdir Rossoni e Caio Quintana.

JUSTIFICATIVA:

Tendo sido encaminhado, a este Parlamentar, documentação relativas às Associações que congregam municípios no Paraná, julgamos oportuno apresentar uma única proposição contendo entidades que até esta data não foram declaradas de Utilidade Pública.

Esperamos contar com a aprovação dos Senhores Deputados para este projeto na forma desta lei.

ITEM 04

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública, à Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, com ficha de inscrição no CGC n° 80900657/0001-44, com sede no Muni-

Curitiba, quinta, em 29.06.95

cípio de Goioerê, Estado do Paraná, e estabelece outras providências. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO:

Emenda - APROVADA.  
Projeto - APROVADO.

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 113/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 17/95, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.. SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Parecer e Substitutivo Geral. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral conservem-se como estão. APROVADO.

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 189/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 32/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.557.250,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Centro Cultural Teatro Guaíra - COTG, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, esse crédito suplementar que o Governo, por mensagem do Governador Lerner vem a esta Casa, no valor de 1.557.250,00 acabou merecendo por parte do Deputado Jocelito, inclusive, um pronunciamento na tribuna.

Para ficar claro também, nos mesmos moldes que registramos ontem, eu também aprovo, embora seguramente algumas áreas, que algumas outras áreas fossem mais prioritárias neste momento, mas eu aprovo este crédito suplementar à Fundação do Teatro Guaíra para que sejam feitas as reformas naquele Teatro, mas registre-se também da mesma forma que não é para amanhã privatizar ou tercerizar o Teatro Guaíra.

Vamos de novo saber que estamos colocando muitos recursos, registre-se isto nesta Casa, para que amanhã o Governo não possa alegar que o Teatro precisa ser privatizado ou tercerizado, porque dinheiro público que falta em outros setores, que falta na área de medicamentos está sendo colocado no Teatro.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Para encaminhar) - Senhor Presidente, assim como externa-

mos a nossa posição na Comissão de Constituição e Justiça, acompanhamos esta falação do Deputado Romanelli no tocante ao crédito suplementar do item 6, quando fazemos a ressalva aqui: a Bancada do PT vota favoravelmente por entender as circunstâncias em que se encontra o Teatro Guaíra, mas ressalvamos que numa ação futura visando a privatização ou a terceirização, qualquer tipo de repasse do Teatro a iniciativa privada, isto irá com certeza manchar a iniciativa de Governo que tome essas duas medidas, crédito suplementar e depois privatização.

Então, deixamos aqui o voto favorável da Bancada do PT, com a ressalva que numa ação futura de repasse a iniciativa privada vai se dar como mal uso do dinheiro público e bem pré-determinado, bem pré-estabelecido.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (Para encaminhar) -

Só quero registrar, Senhor Presidente, mais uma vez o meu voto contrário a este projeto, porque recentemente propomos aqui nesta Casa, propomos aqui que os velhinhos com mais de 65 anos tivessem direito de assistir promoções artísticas, não só no Teatro Guaíra, mas em todo o Estado do Paraná, e no dia que eu não estava aqui este projeto foi rejeitado.

Então nesse momento eu também quero dizer que não concordo com esse projeto, abertura desse crédito, enquanto inúmeros outros setores desse Governo, desse Paraná estão passando dificuldades, há pessoas morrendo por aí e nós estamos aprovando dinheiro para outras coisas enquanto tem muitas pessoas passando dificuldades neste Estado.

Sei que não vou vencer a votação, mas quero que fique registrado que em nome das pessoas em dificuldades neste Estado eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com o voto contra do Deputado Jocelito Canto, está aprovado o projeto, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.669.500,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado da Segurança Pública visando atender despesas com obras, ampliações, adaptações, reparos e melhorias em delegacias de polícia e cadeias públicas, mediante convênios e parcerias com diversos municípios do Estado do Paraná. PARECERES

FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.255.816,00 (onze milhões duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais), aos vigentes orçamentos próprios do Dep. de Est. de Transporte Oficial, do DEAP, do Inst. de Prev. e Assist. aos Servidores do Estado do Paraná, da Rádio e TV Educativa do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná, do Inst. Des. Educ. Paraná, do Colégio Estadual do Paraná, do Agr. do Paraná, do Instituto Ambiental do Paraná, da Fundação Ação Social e do Dep. Est. de Construção de Obras e Manutenção. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 874.647,00 (oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais), ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado da Segurança Pública visando atender a aquisição de equipamentos e material permanente por intermédio do fundo de reequipamento para a Polícia Militar - FUMPM. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/95, que objetiva autorizar o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a contratar, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, operação de crédito até o montante de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), cujos recursos serão destinados à aquisição de equipamentos a material permanente, para o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, a ser implantado pelo ... PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/95, que objetiva estabelecer disciplinamento legal para aposentadorias voluntárias em que se somem, na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício de magistério e períodos de outras atividades, adotando-se critério

para proporcionalidade de tempo em cada modalidade em relação ao previsto nas alíneas "a" e "b", do inciso III, do art. 40, da Magna Carta e das outras providências. PARAFRASES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. EMENDA DA C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 07 (sete), devidamente apoiados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 251/95  
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Acrescente-se ao artigo 1º:

"Parágrafo Único - Para aplicação do critério de proporcionalidade, somar-se-á, após a respectiva conversão, conforme a tabela a seguir:

I - MULHERES

TEMPO A CONVERTER	PARA 25 ANOS	PARA 30 ANOS
De 25	1,00	1,20
De 30	0,83	1,00

II - HOMENS

TEMPO A CONVERTER	PARA 25 ANOS	PARA 30 ANOS
De 30	1,00	1,16
De 35	0,85	1,00

Sala das Sessões, em 29.06.95

(a) JOSE MARIA FERREIRA

Apoiamentos: Ricardo Chab, Luiz Cláudio Romanelli, Ironi Pugliesi, Caio Quintana, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Comungando com o objetivo do Decreto Lei em epígrafe, que visa solucionar as aposentadorias requeridas com base no Decreto nº 4.007, de 14/09/94, que o augusto Tribunal de Contas do Estado tem julgado carente de respaldo legal, a inclusão do presente "parágrafo único", ao Art. 1º, virá solucionar definitivamente esta questão.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Artigo Único - Fica suprimido o Artigo 8º do Projeto de Lei nº 251/95.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

Apoiamento: Ricardo Chab, Caio Quintana, Luiz Cláudio Romanelli e Edson Silva Lino.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Substitua-se o parágrafo Único do Art. 6º do presente projeto de lei, pelo seguinte:

Art. 6º - ...

"Parágrafo Único - O período de atividade sujeito à regra da alínea "a" poderá ser convertido à regra da alínea "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, ou vice-versa".

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) PERICLES MELLO

APOIAMENTO: Doutor Rosinha, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone e Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa compatibilizar o Sistema Estadual com o Federal, atendendo o disposto no § 3º, do Art. 40 da Constituição Federal, utilizando a mesma tabela seguida pelo INSS.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 3º do Projeto de Lei nº 251/95.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Emerson Nerone, Sérgio Spada, Péricles Mello e Caio Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A averbação do tempo de serviço é apenas o registro do direito do servidor. O presente projeto de lei assegura esse direito, razão pela qual não há porque não se efetuar esse registro.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Adicionar ao artigo 4º da Lei nº 251/95, após as expressões "pedido de aposentadoria", os seguintes termos: "ou a qualquer tempo, desde que requerido pelo servidor".

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) EMERSON NERONE

Apoiamento: Doutor Rosinha, Caio Quintana, Sérgio Spada e Olílegivel.

JUSTIFICATIVA:

Normalmente, o próprio servidor desconhece o seu tempo exato de serviço, face a aplicação da proporcionalidade, sendo necessário primeiro averiguar, para depois requerer a aposentadoria.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Fica suprimido o Art. 5º do Projeto de Lei em pauta.

O tempo de serviço respaldado pelos Artigos 248 e 150, "caput" da Lei Estadual nº 6174, é uma conquista da classe e um direito adquirido. Como admitir a supressão desse direito num projeto de lei que objetiva assegurar os direitos da classe?

Até por questão de coerência, justifica-se a supressão do Art. 5º, aqui proposta.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoio: Edgard Bueno, Toti Colago e José Tavares.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENARIO N° 07

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. ... - Aplica-se os efeitos desta lei ao pessoal do Magistério, conforme preceitua o inciso I do Artigo 2º da Lei Complementar n° 7, de 22 de dezembro de 1976.

Sala das Sessões, em 29.06.95.

(aa) ALGACI TULLIO

CAITO QUINTANA

ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto de Lei n° 251/95 vai ser discutido após a votação dos demais projetos.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Requeremos ao Presidente, se for possível, Senhor Presidente, uma suspensão após a última votação, por trinta minutos da Sessão, para discutirmos essa questão do 251, Senhor Presidente.

#### ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 362/93, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que cria o Município de Reserva do Iguazu, através do desmembramento do Distrito de Reserva e parte do Distrito de Pedro Lustosa, do Município de Pinhão. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 362/95

PARECER:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo criar o Município de Reserva do Iguazu, com território desmembrado do Município de Pinhão.

O projeto atende todos os requisitos da Lei Complementar n° 56, que disciplina a criação de municípios no Estado do Paraná e recebeu, através de consulta plebiscitária, apoio de grande parte da população residente no município a ser criado.

Isto posto, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá o seu parecer favorável à presente proposição, tanto no aspecto legal, constitucional e regimental, como também para amparar a vontade do povo da localidade, motivação maior do regime democrático.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

#### ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 030/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Areia Branca dos Assis, desmembrado do Município de Mandirituba - PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 30/95

PARECER:

Trata-se de projeto de resolução de autoria do eminente Deputado Anibal Khury, que visa autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Areia Branca dos Assis, desmembrado do Município de Mandirituba / PR.

Ao analisar o presente projeto, é de se louvar a iniciativa do nobre Deputado Anibal Khury em propor a emancipação do Distrito de Areia Branca dos Assis.

Criado pela Lei Estadual n° 5532, de 20/02/67, como distrito administrativo e judiciário, o Distrito de Areia Branca dos Assis, tem uma localização privilegiada, podendo se tornar um pólo de desenvolvimento, por ser atendida pela BR-116 e ainda pela Rodovia Estadual que liga a São Bento do Sul / SC.

Unimo-nos ao anseio da comunidade daquele distrito em ver em breve a sua emancipação, tornando-se município.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, o projeto atende os requisitos da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, encontrando-se em condições de ser aprovado. Nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTARIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1921, de autoria do Senhor Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1905 e 1906, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1907, 1908, 1909 e 1910, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1911, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1913, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1914 e 1915, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1916, 1917 e 1918, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1919, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1920, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1922, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**Sessão suspensa por vinte minutos, para entendimento das Lideranças.**

Está reaberta a Sessão.

Tenho o prazer de anunciar como visitantes o Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Planejamento, nosso Dr. Maravilha; a presença do Dr. Giovanni, Secretário do Governo, e mais a presença do Dr. Ronald Leite Schumann, Procurador do Estado.

A Mesa sente-se envaidecida, bem como o Plenário, com os dois Secretários e o Procurador, que vieram visitar a Assembleia e assim refletir o bom relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, certos de que tanto o Executivo como o Legislativo, nesses seis primeiros meses, cumpriram com as suas obrigações.

A demonstração do Governo de agradecimento e de cordialidade está aqui representada por estes três homens públicos que ocupam posições de destaque no Poder Exe-

cutivo.

Sejam bem-vindos a esta casa e esperamos em agosto ouvir a palavra do Dr. Cássio Taneguchi, já convocado por esta Assembleia. Tenho a impressão que vai ser uma maravilha a presença dele aqui na Assembleia.

2ª Discussão do Projeto de Lei n° 251/95. Sobre este projeto, houve acordo de lideranças.

Emenda da Comissão de Educação.

2ª Emenda, também da Comissão: "O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias". **Aprovada.**

Emenda n° 1, consequência do acordo de Lideranças. **Aprovada.**

Emenda n° 2. **Rejeitada.**

Emenda n° 3: (Lê). Em votação. **Aprovada.**

Emenda n° 4. Deputado Florisvaldo Pier. (Lê). **Rejeitada.**

Emenda n° 5: (Lê). **Rejeitada.**

Emenda n° 6: José Maria Ferreira. (Lê). **Rejeitada.**

Emenda n° 7: Algaci Túlio, Anibal Khury e Caíto Quintana. **Aprovada.**

O projeto está em votação. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 209 e 211/95.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 113 e 251/95.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 362/93 e do Projeto de Resolução n° 030/95.

Levanta-se a sessão.